

Nação, por que te quero: a trajetória do nacionalismo militar no processo político brasileiro (1930 – 1964)

Rafael do Nascimento Souza Brasil*

Resumo: Esta comunicação pretende apresentar alguns apontamentos iniciais acerca da pesquisa desenvolvida em torno da trajetória política do jornal nacionalista *O Semanário* (1956 – 1964). Mais especificamente, procuramos traçar uma perspectiva histórica sobre essa variável de peso dentro da arena política do país: o nacionalismo. Dessa forma, a pesquisa busca mapear a natureza, o conteúdo e os efeitos do pensamento nacionalista, apontando os seus diferentes formatos e suas respectivas composições sociais, sobretudo as articulações entre setores civis e militares, materializadas nas páginas do jornal *O Semanário*.

Palavras-chave: nacionalismo; militares na política; imprensa.

Abstract: This communication intends to present some initial notes concerning the research developed about the trajectory politics of the nationalistic newspaper *O Semanário* (1956 - 1964). We understand that the nationalist ideology, since it was incorporated into the Brazilian political process, influenced the formation of groups and the formulation of projects for the whole of society. This research seeks to identify the nature, content and effects of nationalist thinking, pointing their different formats and their social composition, especially the alliances forged between civilian and military sectors, material on the pages of the newspaper *O Semanário*.

Words-key: nationalism; militaries in politics; media.

Este trabalho visa partilhar algumas questões acerca do papel exercido pelo nacionalismo no panorama político nacional. Como fenômeno social, o nacionalismo surge na época moderna com a construção dos Estados nacionais que, por vezes, reuniam diversas nacionalidades sob o mesmo território e administração. Talvez, seja possível afirmar a máxima de que as nações vêm antes do nacionalismo, embora o processo histórico iniciado a partir do final da I Guerra Mundial (1914 – 1918) introduza alguns problemas nessa tese. Independente das divergências em torno das origens do movimento importa destacar que o fenômeno do nacionalismo adquiriu amplitude tamanha ao longo do século XX, a ponto de tornar difícil a tarefa de empreender uma investigação histórica do período sem nos remeter a seus efeitos políticos e sociais.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social e integrante do Laboratório de Pesquisas sobre os Militares na Política (LEMP), ambos vinculados à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em torno deste tema teremos uma produção significativa de pesquisas situadas em diferentes campos teórico-metodológicos do conhecimento científico. No âmbito das ciências humanas o nacionalismo é objeto de inúmeros debates e interpretações, em que a unanimidade em torno de quaisquer dos seus traços se situa a léguas de distância. Um elemento que ajuda a tornar mais complexo esse quadro é a dificuldade de se discutir os processos históricos fora do âmbito das nações, como lembra a historiadora Virgínia Fontes, as duas grandes correntes político-filosóficas (liberalismo e socialismo) irão privilegiar o espaço nacional como local de atuação dos homens, ainda que tenham a preocupação de ampliar as fronteiras em que se desenrolam esses mesmos processos históricos. (FONTES, 1998). A exposição deste breve cenário serve pra indicar a importância e as dificuldades encontradas ao se tratar do nacionalismo.

As profundas transformações nos diferentes planos da vida social durante a década de 1930 marcam a ascensão do nacionalismo enquanto ideologia unificadora de grupos sociais distintos e legitimadora de políticas estatais, apresentadas como interessantes para o conjunto da sociedade – o marco inicial da pesquisa leva em conta o despontar desse processo e suas implicações políticas. Nosso estudo se estende até o golpe de Estado desferido em 1964, quando uma perspectiva de organização social irá triunfar sobre outros projetos de sociedade, em que a temática nacionalista é alvo de disputas por parte dos atores políticos.

Como demonstra Mendonça (1986), com o novo ordenamento social, no pós-1930, colocava-se em questão para as frações da burguesia industrial a gestação de um projeto político que identificassem os seus interesses com os da própria sociedade brasileira, permitindo, sobremaneira, a implantação de toda uma série de medidas, por parte do Estado, adequadas a este fim. Daí falar-se na “indispensável” face desse Estado, pensado enquanto organismo forte, interventor na economia, de modo a resguardar a indústria nacional, promovendo o mercado interno e assumindo o papel de investidor da produção mesma.

Estado forte e centralizado, capacitado, portanto, para dar conta do novo desenho das relações sociais, como solução à “falta de preparo” das elites. Nessa perspectiva política pairam os ventos antiliberais que proviam de múltiplas direções na década de 1930, tanto à direita, quanto à esquerda, o modelo liberal era posto contra a parede no cenário mundial. Os setores à direita do espectro político procuravam impingir ao modelo democrático liberal as agruras vivenciadas pelo sistema de dominação política, especialmente pelo fortalecimento do socialismo enquanto projeto político antagônico.

Nessa conjuntura, “as classes dominantes procuraram reforçar os poderes do Executivo para transformar suas conveniências em políticas públicas” (LEMOS, 2004: 287),

tendência que pode ser identificada nas propostas de reformas no sistema político de pensadores autoritários de princípios da República brasileira, como Azevedo Amaral e Alberto Torres, e na vertente “verde-amarela” dos fascismos europeus: o integralismo. A doutrina integralista vinculava a defesa da propriedade à organização do Estado “acima das classes”, efetivando-se um maior controle da classe trabalhadora, o que viabilizaria uma aliança entre setores militares e civis da burocracia estatal, latifundiários e classes médias urbanas centradas num nacionalismo que pretendia “unir todos os brasileiros” numa nação “indivisível”, “forte” e “próspera”, num projeto de “nação-potência”.

O nacionalismo do período era alvo de disputas entre este tipo de nacionalismo, contrário à política industrialista do novo governo, e aqueles setores da burguesia industrial que tentavam imprimir à direção política do Estado os seus interesses classistas – o nacionalismo igualando-se à industrialização. Mesmo tendo alguns traços característicos, os dois movimentos, com raízes nos mais diversos grupos sociais, circulavam suas propostas amparadas na finalidade de transformar o “que era privado em público, [o] que era individual em coletivo, sendo considerados importantes e legítimos apenas os interesses que construíssem o ‘bem-estar nacional’”. (MENDONÇA, 1986: 40.).

Uma variedade de temas de alcance nacional suscitava debates acalorados nos mais diversos espaços políticos do país, não sendo diferente no interior das Forças Armadas, que encontrou no Clube Militar um “centro ativo de formulação e de discussão de opções políticas”. (PEIXOTO, s/d: 89.). O desenvolvimento econômico do país, os traços delineados pela política externa e a própria organização política interna estavam no palco das disputas travadas no seio das Forças Armadas, em que a correlação de forças entre as suas correntes mais representativas, a “nacionalista” e a “antinacionalista”, assumiam um papel estratégico no que diz respeito à implementação de projetos políticos concebidos junto às frações civis aliadas.

Os antinacionalistas objetivavam remover os “entraves” varguistas ao seu projeto de país industrializado, rejeitando um nacionalismo econômico “exaltado” que obliterasse relações mais estreitas com os EUA, bem como, propugnavam um espaço de atuação reduzida das massas populares nesse processo. Os grupos civis identificados com o antivarguismo se aliavam a essa corrente: setores agroexportadores, liberais tradicionais e representantes do capital estrangeiro. No campo nacionalista, radicavam-se elementos mais afinados com a política econômica varguista, apregoando razoável independência dos centros capitalistas internacionais.

No entanto a aproximação de Vargas, ao final da II Guerra Mundial, com as classes operárias, contando com certo apoio do Partido Comunista Brasileiro, se constitui em ponto fundamental para o rompimento das relações entre ele e setores significativos das Forças Armadas, que amparadas no anticomunismo e na não aceitação de um ator político que acreditavam ser política e ideologicamente contrários a seus ideais. (CARVALHO, 1999).

A campanha pela defesa nacional do petróleo consolida o ingresso das massas populares no âmbito do nacionalismo, enquanto variável política de peso nas disputas em jogo no país. O panorama que emerge internacionalmente é marcado pelo conflito entre o mundo socialista e capitalista, no qual a Guerra Fria será a sua expressão e que envolverá marcadamente as nações periféricas. Nesse momento a ideologia nacionalista já sofreria modificações importantes no seu conteúdo e nos grupos que reivindicavam o seu abrigo.

Os grupos antinacionalistas, derrotados nas urnas por Vargas, ingressam na estratégia de denunciar a infiltração comunista no seio das correntes nacionalistas, caracterizando-o como um nacionalismo “exaltado”. Em fins de 1951 surge o manifesto eleitoral da Cruzada Democrática, uma espécie de ramificação militar UDN, afirmando lutar sob a bandeira do “*nacionalismo sadio*” – patente é o papel destacado que os EUA teriam para esses grupos e a combinação do nacionalismo com fortes doses de anticomunismo. Hostilizava o aumento da participação popular e acenava uma preocupação com a “segurança” interna e externa do país. Clamaria pela cooperação com os EUA e pela entrada de capitais estrangeiros, sob orientação da livre iniciativa.

Os nacionalistas tornam-se defensores da direção estatal em setores estratégicos da economia, especialmente no que tange ao controle e exploração de minerais estratégicos e do petróleo mesmo. Havia, também, a reivindicação de certa margem de autonomia frente a principal potência capitalista, vista sob o ângulo do impedimento que poderia desempenhar no crescimento do Brasil. A questão do antiimperialismo não seria ponto consensual no interior desta corrente, onde alguns dos seus membros preferiam levar a discussão para o campo do relacionamento com o capital estrangeiro.

No decorrer do processo eleitoral de 1955, os antinacionalistas vislumbrando a possibilidade de vitória de JK, acenam com a possibilidade de intervirem no processo político. Configurando no campo oposto a formação de uma corrente “legalista”, em que os nacionalistas passariam a encampar um discurso de defesa da ordem constitucional. Com o desenrolar dos acontecimentos a corrente antinacionalista seria identificada com o golpismo, aproximando nacionalistas e legalistas, base de sustentação militar do governo JK.

A política de aberta associação ao capital estrangeiro, para a consecução das metas do seu ambicioso plano de governo, era amplamente sustentada numa perspectiva nacionalista, pois para JK, como para muitos nacionalistas do período, inclusive do ISEB, a ideologia nacional-desenvolvimentista nada tinha de oposição ao capital estrangeiro, desde que este aqui se estabelecesse para "ajudar" no crescimento econômico do país. Nacionalismo não rimava com antiimperialismo para o presidente bossa-nova, que se equilibrava nessa aliança entre nacionalistas e legalistas (ao mesmo tempo em que abria as portas para o capital estrangeiro) e nas críticas vindas dos setores antinacionalistas.

O governo de João Goulart marchava no sentido de aprovar uma política nacional-reformista. A crescente politização das massas populares, nas cidades e no campo, incorporando, em certa medida, a bandeira nacionalista, embora aprofundasse suas reivindicações, irá alterar as relações travadas no âmbito da corrente nacionalista. Pois, parece-nos que, apesar dos limites a que estavam sujeitas parcelas desse movimento, a intensa participação popular ao alargar as margens da plataforma nacionalista – ao mobilizarem-se para a implementação de suas propostas – agitaria não só aquelas figuras que firmavam posição oposta, mas, também, romperia a “aliança” classista nos círculos nacionalistas.

A pressão dos setores populares organizados no CGT e Ligas Camponesas despontava como um elemento “desestabilizador” no regime político em vigor nesse momento da história brasileira¹. Aquela aliança estabelecida entre nacionalistas e legalistas, como vimos, de caráter circunstancial, acabaria se dissolvendo em meio à veemência da movimentação popular.

No bojo desse processo político encontramos o jornal *O Semanário*. Fundado em 1956, na cidade do Rio de Janeiro, pelo jornalista Oswaldo Costa e que se tornaria um dos principais atores políticos do período até o seu fechamento em 1964. Durante a sua existência funcionaria enquanto órgão articulador de uma corrente nacionalista e porta-voz de projetos para o conjunto da sociedade, elaborados e difundidos por essa corrente. Daí podermos caracterizá-lo como um partido político no sentido gramsciano do conceito, pois num sentido mais amplo do termo, um partido político se refere a todos os grupos presentes na sociedade que organizam a vontade e ação coletivas, atuando e dando um rumo ao processo político. (GRAMSCI, 2006). Ao se tratar de um tema como o nacionalismo essa conceituação se torna mais nítida ainda, já que o entendimento acerca do mesmo não pode ser descolado de um

¹ “O nacionalismo (...) ao se espriar para amplos setores das classes populares (e segmentos da burocracia de Estado), tornaria mais visível a presença do capital internacional na sociedade brasileira. Para as primeiras – e mesmo para as bases da segunda – a possibilidade da passagem do nacionalismo ao antiimperialismo não era puro delírio”. ALMEIDA, 2006: 295.

projeto político, pensado para o conjunto social. Importa esclarecer que não se trata da defesa de um projeto específico de algum partido político no sentido estrito do termo. Agir partidariamente significa defender um determinado programa político, sinalizando os rumos e contornos que o Estado brasileiro deveria assumir, programa elaborado por militares e civis.

Esta compreensão de seu papel no processo político brasileiro permitiria encaminhar propostas e soluções, defender interesses, informar sobre a atuação e o posicionamento do Estado e de setores sociais em relação às questões nacionais – em suma, podemos compreender a ação desempenhada pelo jornal *O Semanário* como importante veículo de difusão e defesa de uma determinada concepção de mundo em choque com outras forças políticas no desenrolar do processo político no Brasil. Nesse sentido, o jornal mantinha uma ampla rede de colaboradores e formuladores de um projeto político de conteúdo nacionalista, composto por parlamentares da FPN, jornalistas e intelectuais e militares. Embora a relação entre essas diversas forças se configurasse num painel de conflitos, permeados por inflexões e alterações significativas no bojo do processo político aliada à heterogeneidade de sua composição e o acirramento das contradições sociais.

O lento, mas crescente, rompimento das amarras do regime populista por parte das classes populares, traduzindo-se em intensas e constantes mobilizações políticas, alterava as relações classistas no sistema político brasileiro. Nacionalismo e entreguismo não estariam postos em pólos cujas margens fossem intransponíveis. Em efeito, como sugere Hobsbawm, a identificação nacional acaba se combinando com outras identificações do ser social. Implica ressaltar que os vários princípios nos quais se fundamenta o apelo político nacionalista às massas não se tornam mutuamente exclusivos e homogêneos – comporta várias adesões e lealdades, o problema se instala quando passam a ter conflito umas com as outras (HOBSBAWM, 2002). Ressalte-se que a identificação nacional mesma e suas implicações variam temporalmente, condicionadas pelo próprio patamar da luta de classes.

Mesmo os elementos da corrente antinacionalista buscavam proclamar-se enquanto nacionalistas, porém, de conteúdo diferenciado – apelando para noções vagas, como “nacionalismo sadio”, “patriotismo”, “nacionalismo genuíno”. Mecanismo que era intensamente criticado pelos que se situavam no campo nacionalista mais à esquerda, denunciando essa tática dos grupos “imperialistas”, ao “forjar organizações e apresentar pessoas ditas nacionalistas, (...) peculiar a uma fase em que o entreguismo, envergonhado de suas próprias vestes, disfarça-se em "nacionalismo"². A FPN afirmava em comunicado

² “*Nacionalistas em aspas*” – Edição 261 (28/05 – 04/06/1961).

exposto no jornal que seu nacionalismo começava e acabava no Brasil. Depreende-se, assim, os esforços feitos por setores nacionalistas em dissociar nacionalismo e comunismo – acusação que, sistematicamente, constava no repertório dos seus adversários.

No geral, ao analisarmos os textos dos articulistas, as figuras políticas, civis e militares, entrevistadas pelo jornal e as diversas reportagens veiculadas em suas páginas, podemos identificar quais seriam as forças sociais integrantes dessa ampla frente de luta defendida pelo *O Semanário*: setores da burguesia industrial e agrária desvinculados da "subordinação imperialista", o proletariado urbano e rural, camponeses sem terra, pequenos comerciantes, intelectuais e militares.

De fato, naquele momento da história brasileira, havia diversos projetos de organização da sociedade em disputa, de conteúdos não só diferenciados como antagônicos. Como demonstra Dreifuss (1981), a elite orgânica do capital elaborou estratégias, integrou diversos setores dominantes e pôs em movimento as forças para a consolidação do seu projeto. Havia, conjuntamente, aqueles que aderiram às hostes golpistas por razões outras, como o anticomunismo e a alergia ao crescimento da participação popular.

A deposição de Jango pavimentaria a vitória de um determinado projeto de sociedade, permeado pela incumbência de concertar e emoldurar as práticas políticas e econômicas e as relações sociais. Os postos-chaves do Estado foram sendo ocupados e organizados de acordo com as diretrizes da nova ordem para o processo de acumulação de capital sob o amparo do “lábaro fardado” em profunda concordância com setores civis.

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, L. F. R. de. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006
- CARVALHO, J. M. de. “Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro”. In.: D'ARAÚJO, M. C. (Org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV/EdUERJ, 1999. pp. 55 – 81.
- DREIFUSS, René A. “*1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*”. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FONTES, Vírgina. “A questão nacional: alguns desafios para a reflexão histórica” In: MENDONÇA, Sonia e MOTTA, Márcia. (Dir.). *Nação em crise: as dimensões da história*. Niterói, Eduff, 1998.

- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. (v. 2: Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- HOBBSBAWM, E. J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LEMOS, Renato. “Justiça militar e processo político no Brasil (1964 – 1968)”. In.: 1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras; FAPERJ, 2004, p. 282 – 289.
- MENDONÇA, S. R. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- PEIXOTO, A. C. "O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945 – 1964)". In.: ROUQUIÉ, A. (Coord.). Os partidos militares no Brasil. Rio de Janeiro: Record, s/d. pp. 71 – 113.
- SILVA, Carla Luciana. “Veja: mais um partido neoliberal”. Revista História & Luta de Classes, Rio de Janeiro, n. 2, pp. 73 – 82, fev./2006.